



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **O PRÍNCÍPIO PEDAGÓGICO DE GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO EDUCATIVA DA PROFISSÃO**

**VITÓRIA SANTOS DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O artigo em tela visa resgatar e enaltecer a teoria crítica marxista à luz do pensamento de Antonio Gramsci, autor cujo legado é de grande incidência na formação e prática do serviço social. Desta forma, propõe-se uma análise sobre a dimensão pedagógica da profissão a partir do princípio educativo elaborado por Gramsci e que como esta teoria influencia na práxis política da profissão. Busca-se contribuir para a reflexão acerca da renovação do serviço social e da construção do seu projeto ético-político, compreendendo o assistente social como um intelectual ligado às classes subalternas e que, portanto, participa do processo de formação da consciência política dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Gramsci; Dimensão Político-pedagógica; Serviço social.

### **ABSTRACT:**

The article in question aims to rescue and praise Marxist critical theory in the light of the thought of Antonio Gramsci, an author whose legacy has a great impact on the formation and practice of social work. In this way, an analysis of the pedagogical dimension of the profession is proposed based on the educational principle elaborated by Gramsci and how this theory influences the political praxis of the profession. The aim is to contribute to the reflection on the renewal of social service and the construction of its ethical-political project, understanding the social worker as an intellectual linked to the subaltern classes and who, therefore, participates in the process of forming the subjects' political consciousness.

**Keywords:** Gramsci; Political-pedagogical Dimension; Social Work.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma breve reflexão sobre o pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) e sua incidência no serviço social, pontuando as possíveis intersecções entre o exercício profissional e a concepção gramsciana sobre educação e a importância da organização da cultura no processo de emancipação da classe. Portanto, empreendemos o debate acerca da dimensão educativa e sua estreita ligação com a prática profissional do serviço social, observando os determinantes históricos e políticos em que se inserem o desenvolvimento do exercício profissional. Buscamos na literatura de Gramsci as categorias necessárias para a correta apreensão do princípio educativo empreendido pelo autor. Como percurso teórico, trazemos a análise do autor marxista sobre os intelectuais e sua atuação nos partidos políticos, como forma de introduzir a discussão sobre o princípio educativo e a pedagogia crítica de base marxista.

Neste estudo, optamos por destacar a perspectiva de Gramsci sobre o papel primordial da organização da cultura na passagem do capitalismo para o socialismo, trazendo à luz o princípio educativo elaborado pelo autor italiano e sua relação com a prática profissional e política do serviço social. Observa-se que, tal como Marx, Gramsci atribui ao trabalho um lugar central na conquista do consenso ativo da classe trabalhadora e manutenção da ideologia alienante difundida pela burguesia. Em seus estudos sobre americanismo/fordismo, Gramsci demonstra objetivamente como a ideologia disseminada no interior das fábricas determina os modos de vida e visão de mundo dos trabalhadores, servindo como molde para a construção de um novo padrão de homem, totalmente submisso à sua condição de opressão.

Partimos da hipótese de que o serviço social, em sua práxis cotidiana, exerce uma função educativa frente aos sujeitos, ora alinhada à perspectiva anti-hegemônica, ora agindo em consonância com a reprodução das relações sociais capitalistas. Ainda que esta dimensão educativa não se apresente de forma estrita nos moldes escolares convencionais, sua intervenção incide sobre a leitura de mundo dos usuários, e pode impulsionar a tomada de consciência sobre os processos sociais na sociedade burguesa. Para tanto, é convocado a adotar uma postura crítico-reflexiva que converge com os princípios e valores do projeto ético-político da profissão, como a defesa intransigente da liberdade, justiça social e dignidade humana. Refletir acerca das possíveis práticas pedagógicas, devidamente apoiadas na teoria social de Marx, nos permite ampliar o horizonte de atuação e direcionar a prática para o desvelamento das ideologias dominantes que mistificam as relações de poder que sustentam a estrutura econômica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1. O princípio educativo em Gramsci e a organização da cultura

Para início do debate, considera-se de substancial importância trazer o conceito de intelectual, abordado pelo autor no célebre Cadernos do Cárcere (1999). De acordo com Gramsci, a função prático-política dos intelectuais na aplicação do princípio pedagógico, serve de base para a emergência da perspectiva hegemonia da classe proletária. O autor parte da afirmação de Croce de que “todos os homens são ‘filósofos’” (Liguori e Voza, 2017, p. 599), para ressignificar e amplificar a compreensão da figura do pensador na organização da cultura e da ação política. Na medida que toda ação humana é precedida de uma elaboração racional e lógica e, portanto, intencional, Gramsci observa que toda atividade prática é condicionada por uma concepção de mundo que se torna condutora desta ação. Ou seja, a natureza filosófica do homem deriva da sua capacidade de intervenção na realidade objetiva que, ao mesmo tempo, contribui para conservar ou transformar as relações materiais estruturantes. Neste sentido, Gramsci ressalta que os filósofos profissionais ou técnicos, como são identificados socialmente, exercem um papel eminentemente político e de influência sobre as grandes massas, uma vez que “pensa com maior rigor lógico, com maior coerência, com maior espírito de sistema, do que os outros homens, mas conhece toda a história do pensamento” (Liguori e Voza, 2017, p. 600).

É importante destacar, contudo, que esta conclusão não elimina o fato que os demais homens ocupam um papel significativo enquanto intelectuais, dentro dos limites da sua práxis social. Na ótica gramsciana, todo indivíduo inserido no bojo das relações sociais de produção, dispõe do mínimo de autonomia intelectual para elaborar, no campo das ideias, a atividade desempenhada. Mesmo o trabalho puramente físico, braçal e mecânico, exige de seu executor o pensamento lógico, a racionalidade por trás do impulso de transformação da matéria-prima em produto. Este tipo de racionalidade, ainda que superficial, denota o potencial de reflexão crítica sobre as causas e efeitos da atividade técnica de produção, e quando devidamente estimulada permite ao agente produtor a transição desta consciência mais imediata ao conhecimento científico. Neste sentido que Gramsci trabalha com a categoria dos intelectuais, abordando a importância da sua ação política na quebra do senso comum e reorganização da cultura voltada para a retomada dos dispositivos políticos de direção das massas.

Deste modo, identifica-se, em seus escritos carcerários, a tipificação das camadas de intelectuais, conforme sua origem e continuidade diante das transformações históricas da sociedade. O primeiro tipo de intelectual classificado pelo autor corresponde à categoria de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

intelectuais tradicionais, assim chamados dada a sua natureza anterior a conformação da sociedade de classes e, portanto, têm sua origem em grupos preexistentes em estruturas econômicas prévias ao modelo capitalista. Gramsci cita como exemplo mais ilustrativo as comunidades eclesiásticas as quais, dispendo de todo prestígio e privilégio histórico do sacerdócio, criaram seus próprios intelectuais como modo de desenvolvimento e solidificação de sua filosofia religiosa (1979, p. 5). Assim como a igreja, intelectuais provenientes do sistema jurídico, político, de universidades e demais instituições cujos membros, em sua maioria, são ligados à aristocracia burguesa, podem ser identificados como intelectuais tradicionais. A particularidade desta categoria, segundo Gramsci, consiste na sua suposta “independência” e “neutralidade” acerca das relações sociais de classe, concebidas pelo desenvolvimento capitalista. Por terem como circunstância de origem estruturas produtivas e sociais distintas, consideram-se superiores às contradições implícitas à lógica do capital, portanto, não se julgam pertencentes as relações de exploração entre as classes.

Desconsiderando sua incidência no conjunto das relações de produção, estes intelectuais contribuem para a disseminação de filosofias idealistas que corroboram com a manutenção da hegemonia dominante, ainda que sua postura seja de abstenção e omissão frente a dominação política e ideológica da classe subalterna. Esta imagem de aparente superioridade diante do conflito de interesses antagônicos se dá pela noção de que representam a continuidade uma categoria histórica e que, por não se inserirem diretamente no processo de produção, seu arcabouço teórico e científico não estabelece relação dialética com a totalidade das relações. Por outro lado, os intelectuais orgânicos, como observa Gramsci, obedecem a outro princípio de organização, uma vez que se reproduzem no cerne da luta de classes e do seu posicionamento prático-político. Os intelectuais orgânicos são criados (ou formados), em suma, a partir da necessidade das classes fundamentais (proletariado e burguesia) em se organizarem e constituírem suas bases teórico-metodológicas, estando ligados por natureza a uma destas classes.

Por isso, é necessário destacar que os intelectuais orgânicos podem estar relacionados tanto às camadas burguesas quanto ao proletariado, dependendo de sua inclinação filosófica e nível de alinhamento e identificação classista. O intelectual orgânico, identificado por Gramsci, caracteriza-se pelo seu surgimento paralelo ao movimento de desenvolvimento da classe, por isso, encontra-se naturalmente inserido nesta. No entanto, ambas as classes se encarregam de atrair para si a maior quantidade de intelectuais orgânicos necessária para criar um bloco



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

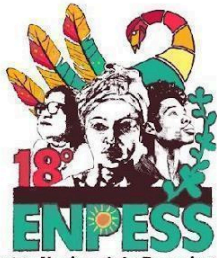
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

intelectual consolidado e capaz de articular com o conjunto da sociedade seus mecanismos ideológicos e políticos. Uma vez estabelecida e desenvolvida a estrutura econômica de produção e apropriação da mais-valia, a classe dominante empenha-se em assimilar o máximo de intelectuais, tradicionais e orgânicos, que funcionarão como agente ideológico de captação do consenso ativo das massas. Sua qualificação técnica e científica serve de base para a legitimar esta dominação, operando na esfera da superestrutura através dos aparelhos hegemônicos.

A tarefa primordial dos intelectuais nos movimentos sociais, aparelhos privados de hegemonia (estatais ou mercantis), partidos políticos e etc, se configura na organização e formação teórica necessária nas estratégias de dominação. O potencial de dominação de uma classe sobre a outra oposta, se traduz pela capacidade de assimilar quantitativamente os intelectuais oriundos desta classe, criando uma base sólida de conquista e preservação da hegemonia política e econômica (Simionatto, 2011, p. 59). A partir destas análises, é possível verificar o valor atribuído à superestrutura nos estudos de Gramsci, nos levando a compreender as dinâmicas que se formam no campo ideológico e político que conformam as vias de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Quando Gramsci (1979, p. 7) afirma que “Todos os homens são intelectuais, [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”, pretende desmistificar a ideia de uma filosofia pensada exclusivamente por filósofos profissionais, ou seja, por um recorte de classe restritivo. Compreende que a teoria não deve ser afastada da vida prática e dos homens comuns, pois, sendo assim, se dá contraditoriamente a verdadeira filosofia da práxis. Apenas quando esta filosofia deixa de ser prerrogativa dos intelectuais profissionais, é que colocamos em marcha as estratégias anti-hegemônicas alinhadas à dialética marxista. A formação de novos intelectuais orgânicos justifica-se pela demanda crescente em estabelecer, no caso da classe trabalhadora, diferentes formas conquistar a direção consciente da sociedade. Para revolucionar a estrutura econômica e, portanto, tornar-se dirigente no âmbito político e cultural, a classe subalterna deve empenhar o esforço em difundir um novo princípio pedagógico, onde os homens sejam considerados em suas capacidades intelectuais e não apenas laborativas.

Os intelectuais, portanto, são mais do que simples porta-vozes de uma ideologia doutrinária, visto que cumprem uma função educativa no interior das classes fundamentais e de disseminação da teoria em unidade com a prática política. Uma classe, para se tornar hegemônica, deve buscar o consenso ativo do conjunto social. Isto é, fazer com que os homens não apenas aceitem sua condição de subalternidade, mas, também, exercer o comando efetivo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

todas as dimensões da vida social, através da captura objetiva e subjetiva da classe dominada. Quando se trata da perspectiva de hegemonia da classe trabalhadora, os intelectuais ocupam este espaço de produção de uma nova consciência política, onde buscam a quebra do senso comum e possibilitam aos demais, a intelectualização dos componentes estruturantes da luta de classes. Gramsci (*apud* Coutinho, 2011, 306) aborda a questão dos intelectuais e sua estreita relação com os partidos políticos, que segundo ele, representam espaços de formação política das massas, e desempenham a ação pedagógica e organizativa necessária para a composição deste novo bloco histórico.

De acordo com o autor, o partido político cumpre esta tarefa de mobilização da classe e de somatização de ideias, pois configura-se como instrumento de unificação entre a teoria (articulada pelos intelectuais) e a práxis. O partido político representa, em última instância, o posicionamento de um determinado grupo social, o qual articula esforços para manter sua função de classe dominante ou, no caso do proletariado, subverter sua condição de subalternidade. Por isso, Gramsci (2011, p. 301) entende que o partido imprime em sua prática política, as marcas e determinações históricas carregadas pelo grupo social que representa, de forma que “a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”. Não apenas a classe em sentido *stricto*, mas a ideologia aderida por ela, os movimentos culturais e demais estratégias de articulação com a totalidade social. A formação de um partido político se justifica pela necessidade de mediação entre o consenso das massas e a ação estatal, dentro do Estado moderno, ou seja, denota a imprescindibilidade de um agente intermediário entre as classes fundamentais e o poder público. Todavia, o partido não se particulariza como um conciliador entre os conflitos inerentes à luta de classes, mas sim como componente catalisador destes interesses antagônicos, colocando estas reivindicações diante ao Estado na forma de agenda política.

O partido político como força institucional e organizada estruturalmente, traz em seu regimento interno as disposições necessárias para manter-se em posição de disputa com os demais partidos e a força estatal. Por isso, Gramsci sinaliza em seus escritos que o partido não deve limitar-se a formalizações de natureza meramente burocrática e mecânica, onde suas funções educativas e contra-hegemônicas se manteriam secundárias. Na medida em que avança no diálogo e articulação com as bases populares, ganha espaço para exercer a dimensão pedagógica, a qual se torna indispensável na conquista da adesão espontânea das massas ao conteúdo ideológico. Os partidos agregam os elementos fundantes para que seus membros superem o estado “econômico-corporativo” para a consciência crítica enquanto classe, sendo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

assim, a consciência de classe para si. Parte-se do pressuposto de que os homens que se encontram aliados ao partido, colaborando para a sua ação política, cultural e social, ultrapassam o momento de necessidade para o momento de liberdade, onde a classe assume o seu potencial transformativo. É nesta transição, onde o discurso esvaziado que se espalha pelo senso comum é concretamente desmantelado, que os intelectuais enquanto camada orgânica ligada ao partido, exercem a função diretiva e organizativa da classe.

A incursão dos intelectuais na tomada da consciência crítica da classe trabalhadora se legitima pela capacidade de oferecer contorno ao espontaneísmo inerente ao processo de formação de um novo bloco histórico, dando a direção necessária à práxis atravessada pela teoria. Segundo Gramsci (Coutinho, 2011, p. 306), o partido deve dispor de três elementos essenciais para se estabelecer solidamente no cenário político, sendo eles: a) “um elemento difuso”, onde a participação dos homens ainda se mostra desagregada e carente de organização e disciplina, trazendo mais uma vez a importância dos intelectuais na centralização das ideias e na manutenção da unidade entre filosofia e prática-política. Este primeiro ingrediente na composição do partido indica o potencial de ampliação de sua influência política, no entanto, quando aplicado isoladamente se mostra ineficiente e frágil para o avanço da correlação de forças; b) O elemento de coesão, no qual se aglutinam as ideias, até então esparsas, e que começam tomar contorno metodológico e estratégico. Este elemento, como afirma Gramsci, se constitui de força “coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (...) inventiva” (Gramsci *apud* Coutinho, 2011, p. 306). c) O terceiro elemento se traduz como intermediário entre as regras anteriores. Aquele que se encarregará de estabelecer o contato direto entre o primeiro elemento, formado pelos sujeitos de uma determinada classe que buscam um projeto societário alternativo e emancipador, e o segundo elemento, representado pelo potencial criativo baseado na ideia de subversão do *status quo*. Percebe-se que tais elementos se relacionam dialeticamente compondo uma unidade diversa e complementar, de forma que um eixo se articula para manter o outro, e vice-versa.

Trazendo o debate para a questão dos intelectuais e do princípio pedagógico, é interessante pontuar, à luz do pensamento gramsciano, as complexas relações entre os tipos de filósofos identificados pelo autor e sua função educativa e organizativa de uma nova cultura. Baratta contribui para esta discussão ao analisar detalhadamente os escritos carcerários de Gramsci, onde o marxista italiano desenvolve a ideia acerca das práticas pedagógicas para a propiciar “uma unidade cultural-social”, na qual se engendram os movimentos coletivos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

espontâneos dos homens da massa, ressignificando filosoficamente sua ação histórica (Baratta, 2010, p. 38). A filosofia, neste contexto, é inscrita como concepção de mundo que colabora para a metamorfose da consciência da classe subalterna e para formação de um ambiente cultural unificado, onde o ponto de vista dos sujeitos coletivos convergem para um único objetivo. Ao passo em que trabalha para modificar o ambiente em que se insere, o filósofo individual cria uma esfera favorável à sua autocrítica constante, ou seja, a manutenção da relação dialética entre educador e educando. Apenas neste movimento será possível a emergência de uma nova categoria de intelectual, nomeada por Gramsci como filósofo democrático (Baratta, 2010, p. 40).

A dimensão pedagógica da qual Gramsci se apropria em seus estudos, ultrapassa as relações meramente escolares para se estabelecer como processo inerente ao desenvolvimento hegemônico, em particular da classe trabalhadora e seus movimentos coletivos. A educação, neste contexto, ocupa o papel central no enraizamento de novas concepções de mundo, difundidas através dos filósofos, enquanto agentes de organização política. Sendo assim, se faz mister retomar o entendimento de Gramsci de que todos os homens são filósofos e, por consequência, seres políticos, na medida em que transformam o meio em que vivem através das relações que estabelecem com a totalidade social. O que diferencia o filósofo técnico ou erudito do filósofo democrático é a percepção de que sua filosofia (seu pensamento e compreensão da realidade) não se esgota em si própria, mas compõe uma rede articulada de ideologias que contribuem para a formação de blocos históricos. Quando atravessa estas elaborações idealísticas e individualizadas, consegue alcançar um novo patamar de ação política dentro de um prisma coletivo. Seu exercício prático e transformador só se efetiva quando integrada dialeticamente com o movimento das massas, na busca de elevar a consciência primária dos sujeitos simples para a consciência da classe para si, a consciência crítica.

Isto significa dizer que, o princípio educativo deve estar implícito à relação intelectuais-massa a fim de experimentar um progresso significativo na passagem do momento econômico-corporativo para a concepção ativista necessária ao movimento de aspiração da classe subalterna. A elaboração de novas concepções de mundo é consequente da inspiração ético-política difundida pelos intelectuais e pelos partidos, não no sentido de ocuparem lugar de superioridade hierárquica no interior da classe, mas por desfrutarem dos instrumentos essenciais para a disseminação de uma filosofia prática, acessível à compreensão dos populares. Neste processo educativo, Gramsci verifica a oscilação entre velhas e novas concepções de mundo, conferindo traços heterogêneos à nova racionalidade que está sendo construída. O movimento de



substituição de pensamento antigo pelo novo, se condiciona pelo nível cultural da classe e pelo poder de coesão ideológica lançado pelos intelectuais do partido (Coutinho, 2011, p. 140). Outros fatores também colaboram para a celeridade da adesão às novas ideias, como o grau de autoridade e representatividade dos filósofos expositores (ou educadores), a coerência lógica afirmada através do discurso e, por fim, o elemento organizativo que se expressa pela estrutura mais ou menos sólida de um movimento social. Estes componentes, afirma Gramsci, são decisivos na persuasão de sujeitos individuais e coletivos para a anuência de um novo projeto ideológico e prático.

Sobre o assunto, Gramsci indica alguns métodos que contribuem para a eficácia do movimento de organização da cultura, principalmente, a aqueles que fazem referência à narrativa empregada no interior dos movimentos. O autor ressalta, primeiramente, a importância da repetição dos argumentos, afirmando que “a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular” (2011, p. 142). Somado a isso, o esforço constante em qualificar intelectualmente as classes subalternas, disponibilizando o conhecimento e o ambiente cultural favorável ao aprimoramento cognitivo das massas. Esta fase de preparação ideológica das massas, integra um movimento mais amplo de construção hegemônica, onde a mobilização política complementa a transmissão do conhecimento fundamental para a criação de indivíduos conscientes das relações estruturais as quais fazem parte. Significa fazer o movimento contrário à lógica dominante de captura da subjetividade, vislumbrando novas possibilidades de protagonismo da classe trabalhadora mediante a aplicação de uma pedagogia emancipadora.

Da mesma forma que pensamos nas dinâmicas pedagógicas entre classe dirigente e classe dirigida, através da organização da cultura e controle político, é necessário refletir sobre o caminho inverso: as possibilidades de quebra do *status quo* por meio da formação da consciência crítica e apropriação dos modos de agir, pensar e viver o mundo, pela classe trabalhadora. Este movimento de retomada da consciência e identidade classista, trazendo à tona o conhecimento de sua posição de superexplorado, vem de uma necessidade histórica de um projeto emancipatório que tem como via de regra a extinção da sociedade de classes.

É a partir do conceito marxiano de práxis, que Abreu e Cardoso (1989) explicitam a estreita relação entre a dimensão interventiva do serviço social e a prática política voltada para a organização e mobilização da classe trabalhadora na busca pela hegemonia. De acordo com estas autoras

A práxis representa no pensamento marxista a categoria mais geral e mais simples, que dá conta da totalidade da prática social desenvolvida pelos homens na construção da sociedade e de si mesmos. Marx concebe como totalidade histórica a produção e reprodução do homem através do seu trabalho na relação com a natureza e com outros homens a partir da necessidade (Abreu e Cardoso, 1989, p. 164).

A práxis se distingue como categoria essencial para alcançarmos o entendimento acerca da identidade entre teoria e prática e como se dá ação política voltada para um projeto emancipatório. A filosofia da práxis permite aos homens conquistarem novos horizontes de elaboração teórica a partir da atuação prática no mundo, manifestando a consciência da sua ação política e das possibilidades de transformação da realidade presente. Na análise gramsciana, esta construção filosófica acerca das concepções de mundo e do seu lugar no movimento histórico da sociedade abre possibilidades de ruptura com o senso comum que, por sua vez, contribui para o direcionamento da prática consciente a partir da unidade entre agir e pensar (Abreu e Cardoso, 1989).

## **2. A dimensão político-pedagógica do serviço social**

A gênese do serviço social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, nos remete à necessidade de gerenciamento das mazelas sociais de forma a garantir a reprodução das relações de classe, desta forma a profissão assume seu caráter de agente organizador da cultura. Em um contexto de desenvolvimento das forças produtivas e emergência da intervenção do Estado, os assistentes sociais tiveram foro privilegiado nas ações de assistência social às classes subalternas, desde a década de 40 do século XX, na América Latina. Suas intervenções educativas visavam atender as recentes demandas de expansão do capital, considerando a necessidade de integração deste novo conjunto populacional à dinâmica econômica e política. Neste contexto, a dimensão político-pedagógica do serviço social era direcionada a legitimar a ordem social estabelecida pelas classes dominantes, reafirmando o estigma e reproduzindo as relações de exploração da classe trabalhadora, sob a égide capitalista burguesa.

A trajetória histórica da profissão nos leva a constatar que a função educativa do serviço social é intrínseca à gênese e natureza da profissão. Seja no aparelho público ou na iniciativa privada, a dimensão pedagógica exercida pelo assistente social em sua intervenção é contínua e sólida, sendo funcional à racionalidade capitalista. Trata-se de uma instrumentalidade política cooptada pela hegemonia burguesa a favor da manutenção da ordem econômica. Esta função educativa inerente à prática profissional tem lugar privilegiado nas instituições em que atua,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

colaborando como mediador entre as “concessões” feitas pelo Estado para a satisfação dos problemas sociais e a classe trabalhadora em suas formas de pressionar as autoridades pela conquista de direitos. As políticas sociais e suas posteriores formas de desenvolvimento são o palco desta disputa de interesses e o principal campo ocupacional do serviço social. Sobre o assunto, é possível afirmar que as políticas estatais abrem o espaço para a legitimação da profissão diante das classes subalternas, como agente apto a intervir e compreender teórica e empiricamente a realidade dos usuários.

Nesse sentido, o assistente social assume o papel de intelectual, responsável por organizar os modos de vida que perpetuam a ordem dominante. É crucial ressaltar que tais práticas educativas não se limitam ao sistema escolar ou à educação formal, mas também se estendem às formas de monitoramento da vida privada dos trabalhadores e à reprodução de rituais e conceitos rotulados como essenciais ao padrão de vida urbano. O assistente social, neste contexto, se aproxima da população como um agente educativo encarregado de disseminar as regras e leis preestabelecidas pelas instituições que o empregam, sem oferecer aos moradores qualquer perspectiva de autonomia ou acesso a direitos sociais.

O desenvolvimento das competências profissionais é condicionado pelo universo ideológico que envolve a classe trabalhadora, enquanto mercadoria especial capaz de produzir valor e mais-valor, demandando do serviço social o entendimento do seu significado na dinâmica de reprodução de classes e relações de poder hierarquizadas. A profissão dispõe de um projeto ético-político, hegemônico na categoria, que concebe o fazer e saber profissional direcionado para os interesses da classe trabalhadora e para a legitimação dos conflitos políticos intrínsecos à luta de classes. Este projeto, que tem como a base conceitual a teoria social crítica de Marx e é alicerçado ao Código de ética de 1993, direciona a ação profissional para a defesa intransigente da liberdade, justiça social e equidade, além de fortalecer estratégias que convenham com a realidade social posta nos diversos espaço laborativos.

O processo de renovação das bases conceituais que estruturam seu arcabouço teórico-metodológico e resultam no movimento de reconceituação, em 1965, é de crucial relevância para compreender os caminhos que colabora para a prática do assistente social. Este movimento interno do conjunto de profissionais busca inserir a prática no âmbito das novas categorias relacionadas à educação emancipadora, promovendo uma reformulação dos elementos que compõem sua dimensão pedagógica. Cabe-nos, todavia, questionar se essa aproximação do serviço social com os movimentos sociais progressistas foi de fato

suficientemente consolidada para promover a recondução dos pressupostos técnico-operativos que tradicionalmente guiavam a prática pedagógica até então.

Como ressalta Abreu (2018, p. 387-388) “o processo da crítica e da elaboração de uma nova cultura supõe relações pedagógicas originais, orientadas pela perspectiva do trabalho criador, concreto, como devir histórico e princípio educativo”. Por isso o trabalho continua sendo categoria central para pensarmos tanto os processos de alienação quanto o desenvolvimento da consciência classista e politizada.

As relações de trabalho (produção da riqueza), assim como as instituições estatais (reprodução social), simbolizam esfera privilegiada para reforçar os vínculos com a classe trabalhadora e introduzir estratégias pedagógicas construídas a partir da valorização da cultura e saberes populares. Este caminho é inescapável ao profissional comprometido com a defesa intransigente da emancipação humana e sua autonomia econômica, política, cultural e ideológica. Compreende-se que o serviço social se insere numa esfera de constante conflito de interesses e é chamado a mediar tais tensões, sem perder de vista seu projeto ético-político que corrobora com a emancipação política da classe trabalhadora. Por isso, o exercício de reflexão, debate e investigação no campo sócio-ocupacional deve ser condição inerente à prática de forma a ensejar novos horizontes e recriar alternativas condizentes à defesa dos direitos sociais e à luta anticapitalista.

Para Abreu (2011, p. 03), a função pedagógica do serviço social vai além de simples práticas educativas e informacionais, e se caracteriza como elemento organizador de uma cultura “por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida”. Colabora para a formação da visão de mundo dos sujeitos e, logo, possibilita a desconstrução de paradigmas e consolidação de estratégias anti-hegemônicas. Esta dimensão educativa no exercício profissional deve estar diretamente alinhada às principais lutas e reivindicações da classe subalterna, de modo a contribuir com processos de mobilização e organização populares que emergem das diversas manifestações da questão social. A autora ainda nos aponta que o maior desafio para o fortalecimento da atuação político-pedagógica do assistente social se materializa nas tendências conservadoras que atravessam cotidiano profissional e se colocam através da redução e desmonte de direitos

Gramsci nos dá o embasamento conceitual a cerca da pedagogia de vertente marxista. Ao enfatizar a urgência de uma educação “desinteressada”, refere-se à necessidade de um ensino que esteja genuinamente focado no desenvolvimento integral dos indivíduos, tanto em suas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

capacidades objetivas quanto subjetivas (Nosella e Azevedo, 2012). Gramsci dedicou parte de seus estudos à questão da educação, que se revela pelo sistema escolar formal, mas não apenas por meio deste. A escola desinteressada é aquela caracterizada por oferecer uma formação de “rigor científico e de ampla cultura geral que os habilitam para os cargos de direção da sociedade” (Nosella e Azevedo, 2012, p. 27). Na sociedade de classes, onde a educação expressa em seu conteúdo as estruturas de poder, a escola desinteressada se volta para a formação dos filhos e filhas da burguesia, aqueles que devem ser preparados para dirigir e assumir posições de domínio, reproduzindo as relações que já estabelecidas.

Gramsci argumenta que a alternativa para dismantelar as estruturas hierárquicas no sistema de ensino é a criação de uma escola "não diretiva" ou "desinteressada", que esteja disponível para todos os seres humanos em pleno desenvolvimento intelectual. Essa escola não deve estar subordinada aos interesses de uma classe dominante específica, mas sim servir como um espaço inclusivo onde todas as vozes e perspectivas possam ser ouvidas e respeitadas. Nosella e Azevedo afirmam que o termo “desinteressada” significa, para Gramsci,

um horizonte cultural amplo, de longo alcance, que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas à coletividade e até à humanidade inteira. Em outras palavras, uma escola 'desinteressada-do-trabalho' é aquela cujos conteúdos e métodos abordam profundamente e com rigor científico a problemática moderna do mundo do trabalho, objetivando entendê-lo em suas raízes históricas e em suas potencialidades técnicas. (Nosella e Azevedo, 2012, p. 27)

O plano de trabalho do assistente social, nos diversos contextos institucionais e territoriais em que se insere, deve considerar as particularidades do público usuário assim como observar o processo de formação social, histórica e econômica da América Latina. Para tanto, os aportes teórico-metodológicos e técnico-operativos servem de base para buscar alternativas de intervenção comprometidas com os princípios ético e políticos constantes no projeto profissional. Sintetizamos, a partir deste tópico, alguns desafios e avanços percebidos durante a prática pedagógica, para a concretização de um processo educativo ancorado nos pressupostos da educação popular de viés crítico e marxista. Não se pretende, no escopo deste estudo, esgotar o debate sobre a educação popular e sua nítida aproximação com a prática do serviço social, no entanto, buscaremos dialogar com alguns autores que contribuem para a reflexão sobre os fundamentos metodológicos inerentes a esta alternativa pedagógica.

A autora ainda afirma que, uma das formas que o serviço social tem de garantir o sucesso do processo pedagógico, é garantindo a funcionalidade dos canais democráticos e mantendo ativa a mediação entre requisitos institucionais e as demandas objetivas dos usuários



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(Santos, 2013). Considerando esses preceitos, o assistente social contribui para a formação de uma nova racionalidade, contrária a lógica liberal-burguesa, levando em conta tanto a condição objetiva (fatores externos, estruturais) quanto a subjetiva (percepções, experiências individuais) dos sujeitos com os quais trabalha. Assim, busca-se uma compreensão holística e contextualizada das questões sociais, visando autonomia intelectual e política das pessoas envolvidas. Antes de tudo, o profissional deve analisar cuidadosamente as alternativas e possibilidades existentes no cotidiano de trabalho, buscando compreender os conflitos e disputas de interesses entre os usuários e a instituição. No entanto, é primordial que ele mantenha o compromisso histórico da categoria com a classe trabalhadora, participando ativamente da luta contra a hegemonia dominante.

Adotando esta postura, podemos avançar no caminho da educação popular como uma prática revolucionária, capaz de instigar uma nova consciência na qual o ser humano reconheça sua função histórica na construção das relações sociais, levando em conta suas especificidades sociais, econômicas, políticas e ambientais. Esse movimento proporciona uma valorização significativa do território em que vivem, capacitando os indivíduos a questionarem, na prática, os processos políticos e econômicos que conduzem à crescente degradação dos recursos naturais.

Por outro lado, é crucial abandonar a ilusão de que a consciência de classe depende exclusivamente da transmissão de conhecimento entre intelectuais e populares. Permanecer nessa suposição parece ser ingênuo e até mesmo arrogante, pois coloca o serviço social como o agente privilegiado de interlocução, enquanto os usuários são vistos como receptores passivos, desprovidos de qualquer filtro ou experiência prévia. A inovação no método de Paulo Freire reside na centralidade do diálogo, o que ele chama de dialogicidade. Nesse método, o educador está constantemente aberto a aprender com seus educandos, participando ativamente na construção coletiva do processo cognitivo (Santos, 2013). Foi com base nessa visão de educação libertadora, desprovida de dogmas e estereótipos, que propusemos desenvolver alternativas metodológicas para aprimorar a transmissão do conteúdo das oficinas. Nosso principal objetivo era criar um ambiente onde os alunos se sentissem pertencentes ao espaço de aprendizado e pudessem se identificar com os temas abordados, diminuindo assim a distância entre o ato de ensinar e o conhecimento propriamente dito. Essa abordagem busca capacitar as pessoas a alcançarem um desenvolvimento holístico de suas potencialidades humanas, permitindo que se tornem seres mais completos e realizados em todos os aspectos de suas vidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

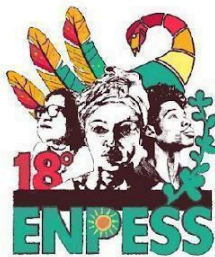
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Tanto na produção de conhecimento teórico ou na instrumentalização da prática fundada no senso crítico dos processos sociais, o serviço social deve assumir este compromisso histórico com a realidade periférica, buscando apreender a essência dos fenômenos sociais ali encontrados e suas relações com a totalidade. O assistente social, assim como demais categorias profissionais que atuam nestes territórios, tem o potencial de incidir politicamente no conjunto populacional mediante sua incursão nas organizações e movimento sociais e contribui na construção de pontes entre moradores e políticas públicas. Há um vasto campo a ser explorado pelo serviço social tendo em vista a emergência de novas pautas e tecnologias sociais que buscam o protagonismo da classe trabalhadora diante da ofensiva conservadora e reacionária do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu do levantamento teórico pertinente à pesquisa de dissertação da autora, cuja temática envolve o debate sobre a práxis político-pedagógica da categoria profissional alinhada ao projeto ético-político. Com esta discussão, concluímos que a metodologia do serviço social, pautada nestes preceitos, deve pressupor ações de “mobilização, participação, organização coletiva, resistência, irreverência e muitas experiências de educação popular junto e com a classe trabalhadora” (Farage e Helfreich, 2020, p. 64). Portanto, em seu contexto institucional, o assistente social não deve se restringir a meras processualidades, como encaminhamentos, atividades informativas ou de propaganda, ou atendimentos emergenciais que tendem a permanecer no caráter superficial da prática. Buscou-se em Gramsci o embasamento teórico, pois o autor contribui para fortalecer o arcabouço técnico-operativo e metodológico do serviço social, à luz da teoria crítica marxista. Portanto, pressupõe-se que o princípio educativo abordado pelo autor é de vital importância para compreendermos o assistente social como intelectual orgânico, alinhado à perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

Observar as transformações internas e externas à profissão, nos possibilita ampliar o debate sobre a formação de uma pedagogia crítica e emancipatória, de base conceitual majoritariamente marxista que busca apreender os fenômenos sociais em sua totalidade histórica e dialética. Com a aproximação do arcabouço teórico trazido por Gramsci acerca da organização da cultura e construção da hegemonia da classe trabalhadora, o serviço social adota novos padrões teórico-metodológicos que fundamentam a práxis voltada para uma nova sociabilidade. Este ponto de resignificação da função pedagógica do serviço social abre espaço para novos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mecanismos de intervenção direcionados à autonomia política das classes populares, juntamente à mobilização e organização destas classes, frente as ofensivas do capital e seus representantes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, 2018. p. 385-402

BARATTA, Giorgio. Escola, filosofia e cidadania no pensamento de Gramsci: exercícios de leitura. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1 (61), jan./abr. 2010. p. 31-49

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine. Serviço social, favela e educação popular. **Serviço social, favela e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Navegando, p. 53-78, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: volume 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Boitempo Editorial, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas. Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

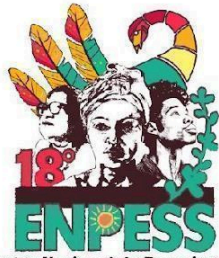
\_\_\_\_\_. **O Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: La Fonte, 2018.

NOSELLA, Paolo; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.

RAICHELIS, Raquel. "Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo". In: RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares e ALBUQUERQUE, Valéria (orgs). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. pp 25-65.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho. Serviço Social e Educação: A Educação Popular e o Exercício Profissional do Assistente Social. **Libertas**, v. 12, n. 2, 2012.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed.  
São Paulo: Cortez Editora, 2011.